

Impresso
Especial

9912175140/2007-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...



GOVERNO DO
PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

ISSN 0102-0374

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.32, n.11-12, novembro/dezembro 2010

sumário

- 3 DA CRISE À GUERRA CAMBIAL
Gilmar Mendes Lourenço
- 5 AS FINANÇAS PÚBLICAS E A BASE PRODUTIVA PARANAENSE
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 8 A CURVA DOS INVESTIMENTOS FEDERAIS NO BRASIL
Gilmar Mendes Lourenço
- 11 ECONOMIA PARANAENSE: BALANÇO DE 2010
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 14 A MARCHA DO PIB BRASILEIRO EM 2010
Gilmar Mendes Lourenço
- 17 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 21 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347

Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ORLANDO PESSUTI - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ALLAN JONES DA SILVA - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

GRACIA MARIA VIECELLI BESEN

Diretora do Centro de Pesquisa

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN

Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*Editor*)

Equipe

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

DORA SÍLVIA HACKENBERG (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

Passados mais de dois anos desde a concreta sinalização de deflagração de um quadro de grave instabilidade financeira em escala planetária, retratada na falência da instituição de investimentos norte-americana Lehman Brothers, um balanço sintético permite a identificação de passivos e ativos econômicos.

Essencialmente, observou-se um mergulho recessivo, acompanhado por ajustes e reações isoladas ou coordenadas e pela conformação de processos de saídas do fundo do poço e recuperações, de maior ou menor intensidade, nas diferentes nações, conforme o grau de envolvimento com a paralisação dos fluxos de crédito e de comércio ou com a produção de fundamentos macroeconômicos, nas duas décadas antecedentes.

Em um primeiro momento, os meios especializados apostavam no contágio ampliado dos países emergentes, de forma semelhante às turbulências fiscais e cambiais que acometeram a periferia capitalista, especificamente México, Ásia, Rússia, Brasil e Argentina entre 1994 e 1999. Todavia, a estratégia de acumulação de reservas internacionais, adotada por esses mercados durante a fase virtuosa do ciclo mundial, entre 2002 e 2007, permitiu a formação de colchões de liquidez em moeda forte.

Com isso, aquelas nações puderam abrandar os desdobramentos negativos do *tsunami* financeiro e comercial que atingiu o núcleo dinâmico do sistema e contribuir para o esboço de uma reanimação mais encorpada, ainda que localizada. Inclusive, tal episódio oportunizou a restauração da tese de crescimento disforme e descolado da economia mundial, capitaneado pelos emergentes, defendida pelo banco Goldman Sachs.

A respeito da economia dos Estados Unidos (EUA), o NBER (*The National Bureau of Economic Research*), Departamento Nacional de Pesquisa Econômica, por meio do *Business Cycle Dating Comité*, ou Comitê de Datação de Ciclos, definiu o mês de julho de 2009 como o marco do fim da recessão, iniciada em dezembro de 2007 e associada aos efeitos da hecatombe financeira, provocada pela insolvência do mercado hipotecário norte-americano de 2ª linha, e do começo da reativação da produção e dos negócios.

Na verdade, tratou-se da contração econômica mais longa (um ano e meio) e acentuada vivida pelo País, desde a Grande Depressão verificada entre agosto de 1929 e março de 1933 (43 meses). Mais que isso, a baixa suplantou os 16 meses da retração constatada entre novembro de 1973 e março de 1975, efeito do I choque do petróleo, e os outros 16 meses do recuo experimentado entre junho de 1981 e novembro de 1982, em resposta ao salto das cotações do óleo e dos juros e na dívida externa das nações do 3º mundo.

Porém, decorrido mais de um ano desde a deflagração da retomada, a base de produção americana ainda opera de maneira anêmica, bastante aquém dos patamares apurados antes da crise. A condição de fragilidade pode ser comprovada pela perda do embalo expansivo de 5,0% do 4º trimestre de 2009, reproduzindo o fim do declínio do estoque. Depois disso, o produto interno bruto (PIB) dos EUA variou 3,7%, 1,7% e 2,0%, no 1º, 2º e 3º trimestres de 2010, respectivamente.

A morosidade revelada tanto na saída da turbulência quanto na recuperação deriva das características distintas dos episódios de crise e das medidas de superação aplicadas atualmente, quando cotejadas com as prevaletentes no passado, ligadas, fundamentalmente, à calibragem da curva de produção às expectativas de inflação. Já o estágio de instabilidade ocorrido entre 2007 e 2009 possui raízes na avaliação equivocada dos riscos pelos agentes privados, materializada em excesso de endividamento das famílias e inflação de ativos, cujo estouro provocou a conjugação entre enormes prejuízos patrimoniais e *default* de instituições financeiras de grande porte.

Nesse particular, como a diminuição dos juros não provocou consistente reação dos níveis de atividades, o governo utilizou a política fiscal como válvula de escape, buscando elevar o consumo privado, inclusive com subsídio tributário especial para a aquisição do 1º imóvel. Mas, o pronunciado endividamento pretérito e o aumento do desemprego despertaram para a necessidade de impulsão dos níveis de poupança.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário.

Na verdade, as providências de estímulo monetário e de elevação dos dispêndios públicos, empregadas pelas economias centrais e pelas nações em desenvolvimento, estancaram a sangria bancária e neutralizaram a marcha recessiva, apesar da multiplicação dos passivos privados e dos custos fiscais, especialmente para alguns países europeus, detentores de histórico nada elogiável na promoção do equilíbrio das finanças governamentais, mesmo com as amarras fixadas pelo Pacto de Estabilização do Continente, que limita os déficits orçamentários a 1,0% do PIB.

Mesmo com alguns aprimoramentos realizados na regularização financeira, de modo a evitar a repetição das quebras de 2008 e minimizar o risco sistêmico, permaneceram ausentes propostas de tratamento dos desníveis mundiais de poupança, expressos dramaticamente nos superávits chinês e déficits dos EUA, que deprimem a demanda global e exacerbam os perigos de recrudescimento de incursões protecionistas.

Nesse contexto, surgiu a complicada opção de revigoração econômico, mediante a restauração das políticas convencionais de competitividade, centradas na depreciação cambial, em represália ao modelo chinês, com yuan desvalorizado atrelado ao dólar, substituído a uma cesta de moedas a partir de junho de 2010.

Em 2009, a despachar mais de US\$ 1,2 trilhão para outros países, a China desbancou a Alemanha como maior exportador do mundo, ficando os EUA em 3º lugar. No que se refere às importações, os EUA ocupam a 1ª posição (US\$ 1,6 trilhão, ou 12,7% do total), seguido pela China (US\$ 1,0 trilhão, 7,9%).

A empreitada vem sendo liderada pelos EUA, em razão da exaustão das âncoras monetária e fiscal, depois do afrouxamento quantitativo de 2010, marcado pela injeção de US\$ 600,0 bilhões de liquidez pelo Federal Reserve (FED), e mais US\$ 300,0 bilhões até o fim do ano, pela compra de papéis do governo no mercado; pela Europa, às voltas com os desequilíbrios fiscais dos países menos pujantes e problemas de solvência dos bancos diante da ressaca da bolha de crédito; e pelo Japão, em regime de entrada em novo surto deflacionário.

O mais grave, porém, é a natureza inoportuna, ou mesmo equivocada, de algumas recomendações surgidas nas discussões da reunião dos líderes G20, em Seul, na Coreia do Sul, no mês de novembro, como a imposição de tetos dos saldos em conta corrente e a troca do dólar por uma cesta de moedas como referência das trocas e das finanças, acrescida da resistência chinesa em aceitar uma valorização do yuan, o que, diga-se de passagem, se adotado, poderia ensejar a flexibilização do eixo de combate a algumas pressões inflacionárias latentes naquele país, orientado pela elevação dos juros e dos compulsórios bancários.

No fundo, o encontro do G20, em vez de lançar âncoras para a restauração da operação equilibrada dos negócios em escala mundial, somente confirmou as reduzidas chances de aparecimento de alternativas institucionais negociadas para o desmanche do atual labirinto econômico. Ademais, acenou com proposições demasiadamente gerais, como a maior vigilância, por parte das economias avançadas, à volatilidade e à descoordenação dos fluxos cambiais e de capitais, a perseguição de taxas de câmbio mais próximas do comportamento dos mercados e a resistência à adoção de práticas protecionistas.

Mais que isso, a falta de coesão entre as nações líderes mantém acesas as possibilidades de propagação deletéria de atitudes unilaterais. Por exemplo, a inundação de dólares executada pelo FED, em uma economia anêmica operando a juros reais negativos, deve romper as fronteiras dos EUA na busca de maximização de rentabilidade financeira, encarecer a moeda dos emergentes e ampliar as chances de formação de novas bolhas.

Não por acaso, o vago comunicado do evento do G20, ao sugerir a implantação de “medidas macroprudenciais”, por parte dos países mais sujeitos à valorização cambial, avaliza a intensificação de práticas de controle dos fluxos de capitais que, no caso brasileiro, deverão continuar privilegiando a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que poderá encampar o Imposto de Renda.

AS FINANÇAS PÚBLICAS E A BASE PRODUTIVA PARANAENSE

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Não obstante a limitação das discussões fiscais a um pequeno número de profissionais, é de conhecimento geral que a condição das finanças públicas tem relação direta com o crescimento econômico e as características da estrutura produtiva. Nesse sentido, este texto procura apresentar breves considerações acerca das peculiaridades das receitas administradas pelo Executivo paranaense, relacionando-as com o perfil da economia do Estado.

Em primeiro lugar, verifica-se que a representatividade do Paraná nas receitas tributárias do conjunto das unidades da Federação, o que não inclui as transferências intergovernamentais para as referidas esferas subnacionais, é inferior à participação regional no PIB brasileiro. Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Estado respondeu por 5,4% do total dos impostos arrecadados pelos 27 entes federativos em 2008 (tabela 1), abaixo do seu peso relativo de 5,9% no valor final dos bens e serviços produzidos pelo País, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 1 - RECEITA TRIBUTÁRIA - PARANÁ E BRASIL - 2001-2008

ANO	RECEITA TRIBUTÁRIA (R\$ mil correntes)		PARTICIPAÇÃO (a/b)	PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PIB DO BRASIL (%)
	Paraná (a)	Total das Unidades da Federação (b)		
2001	5 228 243	101 836 775	5,1	5,9
2002	6 295 975	117 674 223	5,4	6,0
2003	7 515 293	134 795 247	5,6	6,4
2004	8 753 775	156 734 145	5,6	6,3
2005	9 857 560	175 870 821	5,6	5,9
2006	10 528 642	193 242 145	5,4	5,8
2007	11 667 615	215 818 687	5,4	6,1
2008	13 646 675	254 970 466	5,4	5,9

FONTES: STN, IBGE

Tal assimetria, observada há décadas, reflete as diferenças entre as legislações estaduais, que se traduzem em alíquotas não lineares de um mesmo tributo, assim como as excepcionalidades da matéria tributária e as particularidades da base produtiva local. Mais precisamente, o relativo desalinhamento entre a representatividade no PIB nacional e a importância nas receitas dos impostos estaduais deriva da combinação de fatores legais e econômicos, sendo emblemático o caso da produção de energia elétrica, atividade que, a despeito da destacada posição paranaense no suprimento da demanda do País, tem sua contribuição na massa da arrecadação do Estado restringida pela tributação nos mercados consumidores, diferindo da regra geral do ICMS que favorece a unidade da Federação produtora nas operações interestaduais.

Para ilustrar essa distorção, em uma comparação um tanto quanto simplista, o Paraná detém atualmente 16% da capacidade instalada do Brasil de geração de energia, conforme estatísticas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), muito acima da participação de 8,3% no montante do ICMS, específico do item em questão, arrecadado pelos estados brasileiros. Por conseguinte, as receitas paranaenses relativas a esse imposto, que somaram R\$ 1,5 bilhão no acumulado dos nove primeiros meses do presente exercício, segundo o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), deveriam ser muito superiores aos valores que vêm sendo registrados.

Ademais, como outro determinante do volume das receitas tributárias do Estado, ligado às características do tecido produtivo, pode-se citar o peso mais elevado da agropecuária na economia local, comparativamente à participação do setor no PIB brasileiro (9,4% ante 5,9%

* Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais do IPARDES.

no ano de 2008). Como se sabe, o segmento primário é pouco expressivo em termos de arrecadação de impostos sobre o valor adicionado, em razão da natural limitação no que se refere às etapas de produção, da sonegação fiscal e, em reconhecimento à difícil fiscalização de uma atividade marcada fortemente pela informalidade e pela pulverização dos produtores, das não raras medidas de diferimento do ICMS para a agroindústria ou para o comércio de mercadorias agropecuárias.

Ainda em relação a esse ramo, deve-se considerar que os bens básicos são, em geral, largamente destinados ao mercado externo pelo Paraná, o que é desvantajoso do ponto de vista fiscal, *vis-à-vis* as vendas realizadas internamente, uma vez que as exportações de produtos primários e semielaborados passaram a ser isentas do ICMS a partir de 1996, com o início da vigência da Lei Kandir. Evidenciando as perdas impostas ao Estado pela mencionada alteração tributária, sem questionar os ganhos de competitividade propiciados pela desoneração, as exportações paranaenses de básicos e semimanufaturados registraram crescimento nominal acumulado de 278% no período 1997-2009, enquanto as compensações financeiras recebidas da União declinaram -35,8% (tabela 2), havendo inclusive a possibilidade de encerramento do pagamento dessas transferências, visto que os repasses, na interpretação do governo federal, estavam legalmente previstos somente até o ano de 2006.

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS BÁSICOS E SEMIMANUFATURADOS E COMPENSAÇÕES DA LEI KANDIR - PARANÁ - 1997-2009

ANO	EXPORTAÇÕES DE BÁSICOS E SEMIMANUFATURADOS			COMPENSAÇÕES DA LEI KANDIR		
	Valor (R\$ correntes)	Variação Nominal Anual (%)	Variação Nominal Acumulada (%)	Valor (R\$ correntes)	Variação Nominal Anual (%)	Variação Nominal Acumulada (%)
1997	3 322 575	-	-	183 724	-	-
1998	2 996 566	-9,8	-9,8	230 831	25,6	25,6
1999	4 285 379	43,0	29,0	284 368	23,2	54,8
2000	3 951 531	-7,8	18,9	248 405	-12,6	35,2
2001	6 678 306	69,0	101,0	230 204	-7,3	25,3
2002	8 915 455	33,5	168,3	254 060	10,4	38,3
2003	11 887 893	33,3	257,8	207 119	-18,5	12,7
2004	14 268 933	20,0	329,5	218 539	5,5	18,9
2005	10 446 651	-26,8	214,4	218 539	0,0	18,9
2006	8 871 378	-15,1	167,0	125 339	-42,6	-31,8
2007	10 811 283	21,9	225,4	122 891	-2,0	-33,1
2008	13 566 857	25,5	308,3	120 428	-2,0	-34,5
2009	12 558 730	-7,4	278,0	117 966	-2,0	-35,8

FONTES: MDIC-SECEX, STN, IPARDES

NOTA: Exportações convertidas para reais pela taxa média anual do câmbio.

Em outras palavras, considerando ainda que as vendas externas de bens industrializados já eram isentas do ICMS antes da Lei Complementar 87/96, não é equivocado afirmar que o alto coeficiente de exportação de uma economia regional, apesar da sua contribuição para o equilíbrio do balanço de pagamentos do País, tem desdobramentos fiscais menos relevantes que os efeitos expansionistas sobre o produto econômico. No caso específico do Paraná, a razão entre as exportações totais e o PIB atingiu 15,6% em 2008, acima do coeficiente de 12% referente ao conjunto das unidades da Federação, o que demonstra o considerável grau de inserção externa do Estado, corroborado também pela elevada participação regional de 7,7% nas exportações brasileiras, explicando uma pequena parte do diferencial entre a dimensão econômica paranaense e o potencial arrecadador.

Por fim, tornando ainda mais complexa a questão das finanças públicas, cabe colocar que as limitações às receitas tributárias vêm acompanhadas de uma inexpressiva participação estadual na divisão das transferências realizadas pela União, por conta dos critérios legais atualmente vigentes, que deverão ser revistos até o final de 2012 por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). Hoje, o Fundo de Participação dos Estados (FPE), composto por 21,5% dos recursos oriundos dos impostos sobre produtos industrializados e sobre a renda, é rateado entre as unidades subnacionais seguindo

parâmetros desatualizados, congelados desde o final dos anos 1980, não obstante o correto objetivo de reduzir as desigualdades regionais por meio de uma partilha que favorece as regiões menos desenvolvidas.

De uma maneira mais detalhada, as presentes regras determinam que 85% dos recursos do FPE sejam transferidos para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com os 15% restantes sendo destinados às unidades da Federação do Sul e do Sudeste. Posteriormente, são aplicados critérios relativos à área territorial de cada estado, ao contingente da população e, de forma inversa, ao patamar da renda *per capita*, utilizando estatísticas regionais com cerca de vinte anos de defasagem, sem captar, portanto, movimentos como a desconcentração industrial, a aceleração do crescimento econômico do cerrado brasileiro, o desenvolvimento um tanto quanto assimétrico do Nordeste e, mais recentemente, a perda de dinamismo por parte das economias do Extremo Sul.

A título de exemplo, para salientar apenas uma das mudanças em termos de distribuição espacial da riqueza, o PIB *per capita* da Região Centro-Oeste correspondeu a 60,5% do valor por habitante registrado pela Região Sul no ano de 1989, segundo dados do IBGE, passando a apresentar, no exercício de 2008, um resultado 11,6% superior ao do conjunto dos três estados sulistas (R\$ 20,4 mil ante R\$ 18,3 mil).

Por isso, a imposição da revisão dos critérios do FPE pelo Judiciário abre uma possibilidade de redução das distorções que vêm penalizando o Paraná na questão das transferências federais, podendo viabilizar ao Estado uma maior fatia dos recursos do referido fundo constitucional, além do R\$ 1,04 bilhão, recebido em 2009, que correspondeu a somente 2,9% do total distribuído pela União. Adicionalmente, como forma de robustecer a arrecadação estadual, sem recorrer aos indesejáveis aumentos de alíquotas, são indicadas ações para a incorporação de atividades de alta agregação de valor, notadamente industriais, à base produtiva paranaense, o que garantiria não apenas reforço fiscal, como também considerável retorno socioeconômico.

A CURVA DOS INVESTIMENTOS FEDERAIS NO BRASIL

*Gilmar Mendes Lourenço**

As estatísticas brasileiras dos últimos trinta anos revelam pronunciada correlação entre a curva de reduzidos investimentos federais e a deterioração da infraestrutura do País, responsável por advertências, bastante comuns, acerca de riscos de ocorrência de descontinuidade no suprimento, sobretudo de energia, para os centros industriais, e de colapso nos sistemas de transportes, nos diferentes modais.

Ao mesmo tempo, o debate eleitoral do 2º turno de 2010 explorou as privatizações das organizações estatais, verificadas no decorrer dos anos 1990, de maneira extremamente parcial e desprovida de apreciações de natureza técnica. Por exemplo, a discussão ignorou que durante os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC) o Brasil experimentou um 2º ciclo de internacionalização, sendo o 1º observado com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (JK), entre 1956 e 1960.

Por certo, a diferença fundamental entre os dois processos reside no aspecto de que enquanto JK desnacionalizou o incremento dos investimentos nos departamentos 1 e 2 da base produtiva, formados pelas indústrias de bens de capital e de consumo duráveis, Collor transferiu patrimônio público da área de insumos básicos e FHC propiciou, sem a adequada definição prévia do aparato regulatório, a venda de gigantes estatais das áreas de mineração, siderurgia, energia, telecomunicações e financeira, além da absorção de grupos privados (financeiros e produtivos) por corporações estrangeiras.

O debate também omitiu o reduto de acomodação de demandas políticas, reproduzido em algumas organizações públicas, incluindo a distribuição de cargos e financiamento de campanhas. Há que atentar ainda, a título de ilustração, que desde 1997 a Vale quadruplicou o valor que fora investido em mais de 50 anos, ampliou em nove vezes o contingente empregado e transformou-se da 20ª para a 2ª maior produtora de minério de ferro do mundo. Já as telefônicas, entre 1998 e 2010, investiram três vezes mais do que a Telebrás, no intervalo de 25 anos em que operou como estatal, e o número de telefones cresceu 10 vezes no período.

Frise-se aqui que as contas da União, quando agregadas, subtraem as inversões realizadas pelas companhias estatais e incluem o item chamado “restos a pagar”, que reúne os dispêndios programados e não desembolsados no exercício corrente e que sobram para possível aplicação no período subsequente.

De fato, ao longo do período que tem início em 1980 a constituição rápida e exponencial de um grupo de elementos de perturbações macroeconômicas abalou as bases da geração de poupança e encurtou o espaço de atuação do investimento governamental, não ocupado pelas empresas privadas, dedicadas, em grande medida, à promoção de atividades atreladas à rolagem da dívida mobiliária do setor público, recompensadas com o pagamento de juros superiores à taxa de retorno da maioria dos projetos produtivos.

Dentre os fatores negativos que marcaram os trinta anos, sobressai a cessação dos fluxos de voluntários de capital ao Brasil, no começo dos anos 1980; o desarranjo nas finanças do Estado, na década de 1980 e começo da de 1990; as dificuldades de reestruturação negociada do passivo público, notadamente depois do confisco de ativos financeiros provocado pelo governo Collor, em março de 1990; a falta de experiência governamental em lidar com fluxos de caixa em ambientes de desinflação, prevalecentes desde 1994 etc.

Na prática, um breve confronto entre os investimentos federais executados nos intervalos 1995-2002, gestão de FHC, e 2003-2010, administração Lula, permite que se observe leve supremacia de desempenho do primeiro (0,83% do Produto Interno Bruto ao ano contra 0,71% do PIB, respectivamente), com atitudes fiscais distintas nos quatro mandatos políticos (tabela 1).

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS FEDERAIS - 1995-2010

ANO/PERÍODO	INVESTIMENTOS (% DO PIB)
1995	0,91
1996	0,79
1997	0,94
1998	0,97
1999	0,75
2000	0,67
2001	0,79
2002	0,83
2003	0,31
2004	0,47
2005	0,48
2006	0,64
2007	0,72
2008	0,87
2009	1,02
2010	1,14
1995-1998	0,90
1999-2002	0,76
1995-2002	0,83
2003-2006	0,48
2007-2010	0,94
2003-2010	0,71

FONTE: STN

No transcorrer da fração inicial da administração de FHC, entre 1995 e 1998, que coincidiu com as turbulências financeiras e cambiais que assolaram algumas nações emergentes, especialmente México, Ásia, Rússia e Argentina, houve o delineamento de um arranque das iniciativas federais, sufocadas ao longo das gerências de Figueiredo e Sarney, no decênio de 1980, e de Collor, nos primórdios da década de 1990.

Porém, o esforço de 0,9% do PIB no lapso 1995-1998 foi determinado menos pela premência na reconstrução da capacidade de investimento e mais pelos interesses políticos, do governo de FHC, na aprovação da emenda para a reeleição pelo Congresso Nacional, em 1997, e na colheita de dividendos eleitorais, em 1998, ligados à preservação da estabilidade inflacionária e à promessa de deflagração das reformas estruturais em um segundo mandato.

A fragilização do programa de ajustamento, alicerçado em câmbio fixo, com variação em minibandas, poupança externa e escassa disciplina fiscal, forçou a feitura de uma guinada na política econômica implementada desde janeiro de 1999, centrada em sistema de câmbio flutuante, obtenção de superávits fiscais primários e regime de metas de inflação.

Tal condução foi amparada por acordo de ajuda financeira, celebrado pelo Ministério da Fazenda brasileiro e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), mantido até 2004, como forma de assegurar o recuo estrutural da dependência externa, a solvência das contas públicas e a previsibilidade da estratégia monetária do País. No final das contas, as aplicações públicas em ativo fixo situaram-se em 0,76% do PIB.

A flagrante apatia do executivo federal na deflagração de empreendimentos em capital social básico estaria na raiz do apagão energético de 2001, o qual teria apanhado o governo de surpresa, por ocasião do sensível declínio do nível dos reservatórios de água do Sudeste brasileiro, em razão da prolongada estiagem.

Embora em marcha crescente, a média de investimentos públicos encolheu substancialmente na primeira parte do governo Lula (2003-2006), marcando 0,48% do PIB, em face da orientação econômica recessiva, acoplada à busca de credibilidade junto aos mercados financeiros e à priorização das rubricas correntes (pessoal, custeio e previdência) e dos programas oficiais de transferência de renda, sintetizados no Bolsa Família, na formulação e execução orçamentária.

A decepção com a não produção do espetáculo do crescimento fez o presidente Lula cobrar um plano voltado ao destrave da economia brasileira

A decepção com a não produção do espetáculo do crescimento, no primeiro mandato, em linha com a eclosão e repercussão dos escândalos do mensalão, incitou o presidente reconduzido a cobrar dos seus assessores diretos um plano voltado ao destrave da economia brasileira, fruto da adoção de conceitos e técnicas de planejamento de longo termo, por meio da reedição, em moldes contemporâneos, das experiências de Vargas e Kubitschek, nos anos 1950, e de Geisel, entre 1975 e 1979.

A materialização da encomenda ensejou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007, que englobava o conjunto de políticas públicas integrantes do Programa Plurianual e as aplicações projetadas pelas estatais da área de insumos básicos e energéticos, capitaneadas pela Petrobras. Ainda que cumprindo menos de 40,0% das previsões orçamentárias, o PAC, reinventado como PAC2 quando da definição da candidatura oficial à sucessão presidencial de 2010, pode ser considerado o ingrediente principal da impulsão da inversão média da União, a partir de 2007.

Essa tendência foi magnificada em 2009 e 2010 (0,94% do PIB no período), em atendimento aos propósitos oficiais de compensar, ainda que parcialmente, a contração dos investimentos privados, em decorrência da diminuição do comércio e do crédito com o *default* mundial. A renovação dos investimentos só não foi maior por conta da ampliação dos gastos públicos correntes, alguns dos quais associados às políticas sociais, com apreciável peso nas contas previdenciárias.

É preciso lembrar que a insuficiente poupança pública e o permanente acréscimo real das despesas correntes restringem a área de abrangência dos investimentos, forçando o governo a recorrer ao endividamento ou à tributação adicional para a sustentação dos projetos públicos e privados, por intermédio de alocações subsidiadas empreendidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nessa perspectiva, a restauração de padrões adequados de poupança corrente primária e inversão do setor público requer a derrubada do antagonismo entre as políticas monetária (restritiva) e fiscal (frouxa). Urge a efetivação de um ajuste fiscal duradouro, priorizando a racionalização dos dispêndios de custeio, a reestruturação dos itens de transferência de renda e a diminuição dos encargos financeiros da estrutura de despesas.

No que se refere aos aspectos subjacentes à renda, particularmente aos objetivos de redução da pobreza, é interessante considerar o abrandamento do peso das rubricas que conjugam a valorização do salário mínimo e a previdência, especialmente se forem levados em conta a confirmação das tendências demográficas de queda de fecundidade e aumento da expectativa de vida, e o alargamento de estratégias de maior alcance como o Bolsa Família.

No caso da compressão dos juros, trata-se de tarefa complexa que imporia apreciável retração, cuja conta absorve quase 6,0% do PIB do País e 15,0% do orçamento da União, e a ampliação do tamanho do mercado de papéis da dívida pública de longo prazo.

Isto sem contar que a diminuição dos juros propiciaria o abrandamento da acumulação de reservas, que custa ao tesouro mais de R\$ 40,0 milhões/ano, suplantando o montante de investimentos públicos, e favoreceria a depreciação competitiva do real e, por extensão, a reversão dos desequilíbrios em transações correntes no balanço de pagamentos e das distorções na base industrial e de comércio externo brasileira.

Com isso seriam despressurizados os canais reservados para as aguardadas políticas de competitividade, centradas na diminuição da burocracia e dos tributos e na elevação das aplicações destinadas à educação e inovação.

ECONOMIA PARANAENSE: BALANÇO DE 2010

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Este texto procura descrever o desempenho da economia paranaense em 2010, exercício marcado pela retomada do crescimento das atividades produtivas, após os efeitos recessivos da crise internacional em 2009. A partir das estatísticas conjunturais setoriais, verifica-se que o panorama econômico é bastante favorável ao Estado, em sintonia com a considerável expansão da renda brasileira no presente ano.

Iniciando com o setor agrícola, constata-se forte crescimento da produção estadual de grãos, com a colheita de 32,2 milhões de toneladas na safra 2009/2010, o que representa elevação de 32,2% em relação à temporada 2008/2009 (tabela 1). Esse aumento deriva principalmente da notável ampliação da produção de soja, que saltou de 9,4 milhões para 14,1 milhões de toneladas, sendo responsável por 59,6% do acréscimo absoluto do total de grãos colhidos.

TABELA 1 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA - PARANÁ - SAFRAS 2008/2009 E 2009/2010

PRODUTO	PRODUÇÃO (toneladas)		VAR. (%)
	Safra 2008/2009	Safra 2009/2010	
Grãos	24 327 093	32 163 657	32,2
Algodão	7 362	288	-96,1
Arroz	167 349	169 009	1,0
Aveia	84 971	129 807	52,8
Centeio	663	952	43,6
Cevada	125 229	174 184	39,1
Feijão	787 180	779 010	-1,0
Milho	11 190 936	13 541 944	21,0
Soja	9 408 991	14 080 619	49,7
Sorgo	5 988	5 942	-0,8
Trigo	2 482 776	3 214 330	29,5
Triticale	65 648	67 572	2,9
Outros produtos	59 774 897	60 859 336	1,8
Batata-inglesa	547 681	706 747	29,0
Café	89 213	124 793	39,9
Cana-de-açúcar	55 331 668	55 514 518	0,3
Fumo	151 625	160 375	5,8
Mandioca	3 654 710	4 352 903	19,1

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

O expressivo avanço produtivo da oleaginosa se deve à combinação da evolução do rendimento físico por unidade de área, resultante das propícias condições climáticas e dos investimentos em tecnologia, com a expansão do espaço destinado à cultura, que passou de 4,1 milhões de hectares em 2008/2009 para 4,5 milhões em 2009/2010. Quanto à produtividade, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve avanço de 2.308 kg/ha na safra passada para 3.139 kg/ha na atual temporada, superando a média brasileira.

Ademais, o incremento na produção de grãos do Paraná contou com importante participação do milho, cujo volume colhido subiu de 11,2 milhões para 13,5 milhões de toneladas, assegurando uma variação positiva de 21,0%. Com crescimento similar, da ordem de 29,5%, a quantidade de trigo produzida pelos agricultores paranaenses atingiu 3,2 milhões de toneladas, ante uma marca de 2,5 milhões de toneladas na safra de inverno anterior, o que manteve o Estado como o maior produtor nacional. Já entre os bens agrícolas não pertencentes à categoria dos grãos, merecem destaque a batata-inglesa, o café e a mandioca, que anotaram aumentos de, respectivamente, 29,0%, 39,9% e 19,1% dos volumes colhidos.

* Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais do IPARDES.

Passando à avaliação do setor secundário, observa-se que a produção industrial estadual avançou a uma taxa de 15,8% no acumulado dos dez primeiros meses do presente exercício (tabela 2), de acordo com o IBGE, não deixando dúvida quanto à recuperação do nível da atividade manufatureira, subseqüentemente à retração produtiva registrada em 2009, por conta da crise iniciada no mercado *subprime* norte-americano. O referido crescimento foi sustentado principalmente pelos ramos de veículos automotores, máquinas e equipamentos e alimentos, que conciliaram elevado peso na estrutura industrial do Estado com variação pelo menos razoável da produção física, impulsionando o resultado global do segmento manufatureiro no período de janeiro a outubro de 2010, em comparação a idêntico intervalo do ano anterior.

TABELA 2 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2010

ATIVIDADE	VARIAÇÃO (%)
Indústria geral	15,8
Indústria de transformação	15,8
Alimentos	8,7
Bebidas	15,2
Madeira	11,1
Celulose, papel e produtos de papel	5,5
Edição, impressão e reprodução de gravações	5,3
Refino de petróleo e álcool	-9,5
Outros produtos químicos	-16,7
Borracha e plástico	7,3
Minerais não-metálicos	4,4
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	23,8
Máquinas e equipamentos	30,5
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	12,1
Veículos automotores	65,0
Mobiliário	31,7

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

De um modo geral, pode-se afirmar que a pronunciada performance setorial reflete o dinamismo da demanda interna, uma vez que as exportações de mercadorias industrializadas não vêm apresentando bom desempenho, afetadas pela apreciada taxa cambial. Por sua vez, a pujança da absorção doméstica decorre das ações oficiais de incentivo ao consumo familiar, concentradas em medidas de desoneração tributária, da elevação do emprego e dos salários reais, da extraordinária ampliação do crédito e do controle inflacionário, o que instaurou condições para uma rápida superação dos obstáculos impostos pelas turbulências internacionais.

A propósito, o aquecimento da demanda doméstica pode ser comprovado também por meio dos resultados recentes do terciário, mais precisamente do comércio varejista. No acumulado dos nove meses iniciais de 2010, o volume de vendas do comércio varejista do Paraná progrediu 10,5% (tabela 3), com as maiores altas sendo registradas pelos ramos de artigos farmacêuticos e de perfumaria, jornais e papelaria e, principalmente, materiais de informática e comunicação, que cresceram 21%, 19,8% e 50%, respectivamente, cabendo mencionar ainda a expansão de 6,4% do segmento de hipermercados e supermercados, preponderante na estrutura da renda gerada pelo comércio a varejo.

TABELA 3 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA - PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO DE 2010

RAMO	VARIAÇÃO (%)
Combustíveis e lubrificantes	0,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	6,6
Hipermercados e supermercados	6,4
Tecidos, vestuário e calçados	7,5
Móveis e eletrodomésticos	17,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	21,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	19,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	50,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	16,7
COMÉRCIO VAREJISTA	10,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

NOTA: Em comparação a janeiro-setembro de 2009.

Por fim, no que se refere ao emprego, é possível observar significativa criação de postos de trabalho formais no Estado. Conforme estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o saldo das ocupações com carteira assinada alcançou 164,1 mil de janeiro a outubro de 2010 (tabela 4), sobressaindo os serviços e a indústria de transformação, em linha com os resultados setoriais de produção apresentados anteriormente. Para evidenciar a desconcentração espacial desse crescimento, o interior do Paraná respondeu por 59% dos novos empregos, cabendo à Região Metropolitana de Curitiba (RMC) 41% do total dos vínculos empregatícios criados no período em questão.

TABELA 4 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2010

SEGMENTO	SALDO DO EMPREGO	
	Número Absoluto	Part. (%)
Extrativa mineral	354	0,2
Indústria de transformação	53 391	32,5
Serviços industriais de utilidade pública	335	0,2
Construção civil	21 781	13,3
Comércio	29 296	17,9
Serviços	53 618	32,7
Administração pública	101	0,1
Agropecuária	5 224	3,2
TOTAL	164 100	100,0

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: O saldo corresponde à diferença entre as admissões e os desligamentos.

As estimativas de Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, relativas ao 3º trimestre de 2010, expostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atestam desaceleração do ritmo de recuperação dos patamares de atividade econômica do País, observado desde abril de 2009, depois da absorção dos efeitos negativos da crise financeira internacional, particularmente no último trimestre de 2008 e 1º trimestre de 2009.

A propósito disso, a grande novidade contida na revisão dos cálculos pretéritos do PIB, feita pelo IBGE, reside no fato de a recessão de 2009 ter sido mais profunda do que o inferido inicialmente, com queda de -0,6% e não de -0,2%, o que sugere o afastamento, em definitivo, da tese oficial de ocorrência de uma marola em meio a um *tsunami* mundial.

Um exame atento da trajetória trimestral do PIB permite identificar revigorecimento da produção e das transações, entre abril de 2009 e junho de 2010, seguido por diminuição de ímpeto desde o começo do 1º semestre de 2010, imputada à conjugação de alguns elementos de contenção.

Dentre eles sobressai o fim das benesses do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), os impactos da nova rodada de subida da taxa selic – definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), para neutralizar supostos focos de aceleração da inflação –, que passou de 8,75% ao ano em abril para 10,75% a.a. em julho de 2010, e o encolhimento da renda líquida disponível das famílias, atrelado à multiplicação do endividamento.

Aliás, a curiosa constatação de escalada dos passivos privados, em um panorama de declínio da inadimplência, reflete a preservação do dinamismo do mercado de trabalho e o arrefecimento na contratação de empréstimos, por parte das famílias, dado o perigoso estreitamento da relação entre os fluxos de rendimentos e o valor desembolsado para a cobertura das dívidas. Ressalte-se também a busca da preservação das condições de equilíbrio orçamentário e de solvência dos consumidores, exigidas pelas instituições financeiras, por exemplo, para a concessão de crédito habitacional.

Nesse contexto, ao negligenciar os elementos de oferta, retratados nos desdobramentos da retomada da elevação das cotações das *commodities* no mercado internacional, o BC optou por enxergar as pressões de preços pelo ângulo da demanda, localizadas no incremento dos dispêndios públicos em velocidade superior à da arrecadação, na multiplicação do volume salarial acima da inflação passada e projetada (superando, em alguns ramos, os ganhos de produtividade) e no aumento real da tomada de crédito.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do País atingiu 6,1% da População Economicamente Ativa (PEA) em outubro de 2010, contra 7,5% em outubro de 2009. Trata-se do menor nível da série histórica iniciada em março de 2002. O mesmo inquérito apurou que o rendimento médio dos trabalhadores registrou recorde histórico, representando incremento de 6,5% no confronto com idêntico mês de 2009.

A diminuição de embalo do PIB trimestral pode ser comprovada pela variação de 6,7%, entre julho e setembro de 2010, contra 9,2% e 9,3%, respectivamente, nos dois trimestres antecedentes, em comparação com o mesmo período de 2009. Também é corroborada pela variação de 0,5% no 3º trimestre de 2010, contra 2,3% e 1,8%, respectivamente, no 1º e 2º trimestres, quando a base de confronto é representada pelos três meses imediatamente anteriores.

Depreende-se recuo de -1,3% na indústria e de -1,5% na agropecuária e avanço nos serviços (+1,0%), puxado por intermediação financeira (+3,1%), o que pode ser atribuído ao cenário de majoração dos juros, ao lado da estabilidade da inadimplência, devido ao curso ainda positivo da massa de salários, constituída por emprego e remunerações reais.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário.

Pelo ângulo da demanda agregada, a vedete foram os investimentos, que cresceram 3,9%, atingindo 19,4% do PIB, contra 17,9% em 2009, estimulados pela confiança das corporações na continuidade da recuperação da economia brasileira e pela possibilidade de efetivação de importações de máquinas e equipamentos modernos e mais baratos, por conta da vagarosa velocidade dos fluxos de comércio e de produção, em âmbito mundial, e da acentuada sobrevalorização do real.

Mesmo considerando a rota de desaceleração, o PIB registrou acréscimo de 8,4% entre janeiro e setembro de 2010, comparativamente a igual período de 2009. A raiz dessa pronunciada variação está na evolução dos volumes de rendimentos provenientes do fator trabalho, de crédito e de gastos públicos, e nas renúncias fiscais ancoradas no IPI. Igualmente relevante foi a manutenção, ou ao menos o alargamento, das políticas públicas, particularmente aquelas ligadas à previdência social, à valorização do salário mínimo e ao programa Bolsa Família.

A conjugação entre o avanço da ação dos bancos públicos e os incentivos fiscais do IPI ensejou vigorosa restauração da curva de emprego e de salários reais

Mais precisamente, a conjugação entre o avanço da ação dos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), em contraposição ao encolhimento das entidades financeiras privadas e do financiamento externo, e os incentivos fiscais do IPI, para a desova de estoques de bens duráveis (automóveis, eletrodomésticos de linha branca e móveis) e materiais de construção, ensejou vigorosa restauração da curva de emprego e de salários reais, o que incitou as decisões de consumo das famílias e as escolhas estratégicas de investimentos das empresas.

Apesar de o custo da mão de obra industrial no Brasil ser o 16º menor em um painel de 54 países pesquisados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), US\$ 5,96 por hora, ainda supera em larga escala as despesas médias com remuneração do fator trabalho na Rússia (US\$ 2,93 por hora), México (US\$ 2,92 por hora), China (US\$ 1,38 por hora) e Índia (0,58 por hora).

Recorde-se que, no Brasil, a gestão econômica recorreu, em simultâneo, a instrumentos anticíclicos monetários e fiscais, ao contrário do resto do mundo, que só empregou expedientes fiscais depois da exaustão dos ingredientes monetários, quando os juros chegaram próximo a zero.

Os estímulos tributários vigoraram entre dezembro de 2008 e março de 2010 para veículos (incluindo motocicletas a partir do 2º trimestre de 2009); abril de 2009 e março de 2010 para os bens de linha branca; e dezembro de 2009 e março de 2010 para os itens do mobiliário. Para os insumos da indústria da construção, a renúncia do IPI foi criada em abril de 2009, prorrogada até dezembro de 2010 e novamente estendida até o final de 2011, em face do reconhecimento oficial quanto ao médio tempo de maturação e ao elevado potencial de geração de emprego não qualificado do setor.

As variações mais expressivas na produção industrial, entre janeiro e setembro de 2010, ocorreram em bens de capital (26,5%), intermediários (14,2%) e de consumo duráveis (13,6%) e na construção civil (13,6%). No caso de bens de capital e intermediários, o acréscimo quase sincronizado decorreu do empuxe da demanda doméstica e das importações, favorecidas pela circunstância de câmbio apreciado, ao preço da queda dos superávits comerciais e da agudização dos déficits em transações correntes do País. Cálculos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) demonstram que 55,0% das empresas que atuam no Brasil já se abastecem no exterior, sendo que 23,0% adquirem bens finais.

Ainda nesse bloco, cumpre acrescentar o comportamento positivo das indústrias extrativas e de minerais não-metálicos, em virtude da ampliação do comércio externo (preços e quantidades), determinada pela aceleração do mercado chinês, e da arrancada da cadeia de negócios da construção civil, acoplada aos estímulos fiscais, à revitalização dos mecanismos

de financiamento habitacional e à intensificação dos gastos do PAC, especialmente para o tratamento das feridas abertas pela crise e o cumprimento dos requisitos do ciclo eleitoral.

O desempenho de bens duráveis de consumo, movido prioritariamente a crédito, foi puxado pelo segmento de material de transporte, principalmente veículos, metalurgia, borracha e plásticos, e materiais de escritório e de informática, beneficiados pela valorização cambial, superior a 30,0% desde 2002, de acordo com cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e pelo próprio curso virtuoso do restante do sistema econômico.

Já a performance moderada de fabricação de não-duráveis e semiduráveis de consumo (6,5%) reflete, essencialmente, o quase alcance do limite técnico de suprimento da procura reprimida, provocado pela continuidade da recomposição do poder aquisitivo da população, por conta da combinação entre estabilização monetária e elevação dos rendimentos reais.

Os cenários para 2011 incorporam a diminuição do ímpeto expansivo, em consequência de uma provável orientação macroeconômica centrada em maior articulação entre as ações dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e o BC, com a independência operacional necessária ao combate à espiral de preços livres das interferências de natureza política.

De um lado emerge a necessidade de contenção da deterioração das finanças governamentais (marcada pela queda do superávit primário de 4,0% do PIB no pré-crise, para 2,0% durante a instabilidade e 3,0% atuais) e da contabilidade externa do País (déficit de 4,0% do PIB, projetado para 2010) e seus respectivos desdobramentos inflacionários, que ultrapassem o fator acidental representado pelos alimentos e incorporem os serviços (variação de preços superior a 8,0% em um ano), e da bolha de endividamento dos consumidores.

O passivo das famílias deverá ser abrandado em médio prazo, em função da decisão do BC de fixar a quitação mínima das faturas de cartão de crédito em 15,0% e 20,0% do total a partir de junho e dezembro de 2011, respectivamente. Cabe frisar que o endividamento já estaria comprometendo 40,0% do volume de receita anual do brasileiro com o pagamento de débitos contraídos junto a instituições financeiras.

Ademais, os juros médios pagos estariam em 40,4% a.a. para as pessoas físicas e 28,7% a.a. para as empresas, e os financiamentos teriam prazo médio de 538 dias e 383 dias, respectivamente. Já os atrasos nos pagamentos superiores a 90 dias representam 24,0% dos débitos no cartão de crédito e 6,0% no total.

Na área das finanças públicas, o déficit nominal brasileiro de 2,5% do PIB é inferior à média dos 31 países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 7,6%, e ao do Japão (7,0%) e dos Estados Unidos (10,5% do PIB). A distorção estaria no regresso das práticas exageradas e pouco criteriosas de concessão de créditos subsidiados e nos elevados juros da dívida líquida do setor público, que equivalem a 5,5% do PIB.

De outro extremo, surge a premência de avaliação do retorno e seleção criteriosa de empreendimentos exigentes de vultosas somas de recursos voltados à desobstrução dos gargalos infraestruturais ao crescimento sustentado, notadamente nas áreas de energia e transporte, esta com flagrante deficiência e, o que é pior, reduzida conexão entre os modais.

AGROINDÚSTRIA

Bunge reabrirá unidade de Ponta Grossa

A multinacional agrícola norte-americana Bunge reabrirá sua unidade de processamento de soja em Ponta Grossa, na Região Centro-Oriental Paranaense. A planta, fechada há um ano, voltará a funcionar em fevereiro de 2011, ápice da colheita no Estado. Planeja-se a implantação de uma fábrica de margarina e de envase de óleo.

BUNGE assina protocolo para reativar processadora em PG. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 dez. 2010. Caminhos do Campo, p.2.

LOPES, Fernando. Incentivos levam Bunge a reativar fábrica no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 03 dez. 2010. Empresas, p.B14

INDÚSTRIA

Fábrica da Wurth em Ponta Grossa receberá investimentos

No próximo ano, a unidade industrial da Wurth em Ponta Grossa, na Região Centro-Oriental Paranaense, receberá investimentos para que sua capacidade de produção de lubrificantes e aditivos seja expandida. A multinacional alemã também alocará recursos na duplicação de seu centro de distribuição em Cotia (SP). Somados, esses aportes alcançam R\$ 25 milhões.

Além de produtos químicos, a Wurth produz ferramentas e peças de fixação. A companhia estuda a aquisição de uma indústria brasileira de produtos químicos e uma de ferramentas. Para tanto, a matriz reservou cerca de R\$ 300 milhões. Em 2010, a subsidiária brasileira deve alcançar faturamento de R\$ 450 milhões.

NETZ, Clayton. Efeito Dilma anima a Wurth a investir no País. **O Estado de S. Paulo**, 04 nov. 2010. Economia, p.B19.

Volvo produzirá novo caminhão em Curitiba

A Volvo do Brasil produzirá, em sua planta na Cidade Industrial de Curitiba, um caminhão voltado à indústria de mineração e à construção civil. O projeto demandou investimento de cerca de US\$ 50 milhões e três anos de desenvolvimento, realizado no Brasil. O caminhão é fabricado na matriz sueca desde setembro – a produção local começa no final deste ano. A empresa espera comercializar 1.300 desses veículos em 2011.

FADEL, Evandro. Volvo lança caminhão desenvolvido no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, 25 nov. 2010. Economia, p.B19.

Café Damasco é vendido para multinacional norte-americana

A torrefadora Café Damasco, fundada em Curitiba há 50 anos, foi vendida para a multinacional norte-americana Sara Lee, que atua no Brasil desde 1998. Estimada em US\$ 60 milhões, a transação envolve as seis marcas através das quais o produto é distribuído. Sétima maior torrefadora do País, a empresa tem capacidade de processar 5,6 mil toneladas mensais de café e registrou faturamento anual equivalente ao seu valor de venda. A Sara Lee é a maior indústria de café do Brasil desde 2000, quando adquiriu marcas populares pertencentes à Companhia União. Seu faturamento mundial é de US\$ 11 bilhões anuais, aproximadamente.

* Elaborado com informações disponíveis entre 1.º/11/2010 a 10/12/2010.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

A unidade localizada em Curitiba, às margens da BR-277, onde fica a sede da Café Damasco, será desativada e aproximadamente 150 funcionários serão demitidos. A produção será transferida para a fábrica da Sara Lee localizada no município de Jundiá (SP). Esta unidade concentra a torrefação de todo o café da empresa, para todas as marcas que possui.

INACIO, Alexandre. Sara Lee compra Damasco e consolida liderança em café. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 nov. 2010. Empresas, p.B14.

RIOS, Cristina. Americanos compram Damasco e consolidam domínio em cafés. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 nov. 2010. p.19.

TAVARES, Osny. Café Damasco será produzido em Jundiá. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 dez. 2010. p.26.

Renault expandirá produção em São José dos Pinhais

A Renault planeja expandir a produção de veículos na sua planta em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, nos próximos seis meses. Atualmente a empresa produz, em média, 600 automóveis diariamente. Na linha de produção que divide com a Nissan, são produzidos 200 outros veículos comerciais. O início da fabricação local de um utilitário-esportivo, no próximo ano, demandará a implantação do terceiro turno de funcionamento da planta e elevará a produção para 1.000 veículos por dia. O desenvolvimento local desse produto faz parte de um plano de R\$ 1 bilhão a ser investido no Brasil entre 2010 e 2013.

A Renault estima encerrar o ano de 2010 com crescimento de 35% nas vendas ao mercado nacional, o equivalente a 150 mil veículos. Com isso, o Brasil tornar-se-á o terceiro maior mercado da multinacional francesa, superando Coreia e Itália. França e Alemanha são os principais consumidores dos automóveis da montadora. A companhia planeja expandir, também, o número de concessionárias da marca durante o próximo ano, de 180 para 205 lojas.

JASPER, Fernando. Renault avalia terceiro turno a partir de 2011. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 dez. 2010. p.22.

OLMOS, Marli. Renault vai criar terceiro turno. **Valor Econômico**, São Paulo, 01 dez. 2010. Empresas, p.B6.

SILVA, Cleide. Brasil já é o 3º maior mercado para a Renault. **O Estado de S. Paulo**, 03 dez. 2010. Economia, p.B18.

Vinícola Famiglia Zanlorenzi investe em espumantes

A vinícola Campo Largo retomou seu nome original, Famiglia Zanlorenzi, e investiu R\$ 2 milhões em autoclaves para produção de espumantes em sua estrutura na região metropolitana de Curitiba. Estima-se que a produção cresça dos atuais 75 mil para 600 mil litros no próximo ano. Atualmente, apenas o envasilhamento é realizado no Paraná – toda a produção é realizada no município de São Marcos, no Rio Grande do Sul.

A vinícola tem investido na produção de uvas no Paraná, apoiando pequenos produtores locais. A primeira safra oriunda deste projeto será colhida em 2011. Em 2010, a companhia espera alcançar faturamento de R\$ 65 milhões, o que aponta para um crescimento de 22% em relação ao ano passado. O mercado externo representa 2% desse montante. A empresa exporta vinho para China, Estados Unidos e Paraguai e planeja a exportação de suco de uva no próximo ano.

LIMA, Marli. Campo Largo chega a R\$ 65 milhões e vai às compras. **Valor Econômico**, São Paulo, 03 dez. 2010. Empresas, p.B4.

MAZZIOTTI, Magaléa. Aposta lucrativa nos espumantes. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 07 dez. 2010. p.10.

Positivo Informática instalará fábrica na Argentina

A Positivo Informática firmou acordo de parceria com a companhia argentina BGH (fabricante de televisores, condicionadores de ar e televisores) para a implantação de uma planta na província de Terra do Fogo, no sul daquele país. O acordo prevê que cada uma das partes invista US\$ 4 milhões no empreendimento. Essa província conta com programa de incentivo fiscal para a implantação de novas empresas.

A partir de fevereiro de 2011, a unidade argentina fabricará *notebooks* e *netbooks* para os mercados argentino e uruguaio e terá capacidade de produzir, mensalmente, 40 mil

máquinas. As parceiras estudam a produção de um conjunto de periféricos. Há cerca de dois meses, a Positivo Informática venceu licitação do governo argentino para o fornecimento de 200 mil *netbooks*.

FUSCO, Camila. Positivo fecha joint-venture e construirá fábrica na Argentina. **Folha de S. Paulo**, 07 dez. 2010. Mercado, p.B4.

LIMA, Marli. Positivo abrirá fábrica na Argentina. **Valor Econômico**, São Paulo, 07 dez. 2010. Empresas, p.B3.

SERVIÇOS

Expansão do Porto de Paranaguá

No primeiro trimestre de 2011 serão iniciadas as obras de expansão do cais oeste do Paranaguá e de remodelação de todo o terminal comercial. O cais será estendido em 315 metros e passará a contar com 880 metros, o que permitirá que três navios operem contêineres simultaneamente. A remodelação envolve a aquisição de novos equipamentos e a construção de um muro de contenção de 1.816 metros, possibilitando que os braços de atracação sejam dragados até 14 metros de profundidade.

As melhorias no Terminal de Contêineres de Paranaguá demandará R\$ 141 milhões e planeja-se que sua capacidade de movimentação cresça 50%. Estima-se que a movimentação de carga, em 2010, será 12% superior à do ano passado. As obras devem durar 14 meses.

CARVALHO, Joyce. Agilidade no Porto de Paranaguá. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 05 nov. 2010. p.11.

PORTO garante obras de R\$ 95,8 milhões em cais. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 nov. 2010. p.9.

RIOS, Cristina. Expansão do TCP custará R\$ 141 mi. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 nov. 2010. p.24.

Travelers adquire parte da seguradora J. Malucelli

A segunda maior seguradora dos Estados Unidos, a Travelers, adquiriu 43,4% da divisão de seguros e resseguros do grupo paranaense J. Malucelli por R\$ 625 milhões. A empresa norte-americana tem a opção de ampliar sua participação para 49,9%, dentro de seis meses.

A capitalização promovida pela sociedade com a Travelers possibilitará à J. Malucelli expandir sua área de atuação para o mercado latino-americano, particularmente na área de resseguros (operação em que um contrato de seguro de grande vulto é compartilhado por várias seguradoras, minimizando o risco). Nos próximos três anos, a companhia planeja iniciar operações de varejo, oferecendo seguros elementares, como os que cobrem residências e automóveis.

BALDRATI, Breno. Seguradora adquire 43% da J. Malucelli. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 nov. 2010. p.24.

BALDRATI, Breno. J. Malucelli entra no varejo até 2014. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 dez. 2010. p.24.

SILVA JÚNIOR, Altamiro. Americana Travelers compra 43% da seguradora J. Malucelli por R\$ 625 mi. **O Estado de S. Paulo**, 05 nov. 2010. Economia, p.B20.

Teapar investe R\$ 30 milhões em Paranaguá

A Marcon, agência de navegação e operadora portuária, investirá cerca de R\$ 30 milhões em seu Terminal Exportador de Açúcar de Paranaguá (Teapar). A expectativa é de que o novo maquinário incremente em 60% a velocidade de embarque do açúcar ensacado.

RIOS, Cristina. Expansão do TCP custará R\$ 141 mi. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 nov. 2010. p. 24.

HSBC investirá R\$ 10 milhões em seu centro de treinamento

O banco HSBC alocará R\$ 10 milhões na reforma e construção de um novo prédio no seu centro de treinamento, situado no município de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. O complexo será adequado a novos padrões de sustentabilidade e baixo consumo de energia.

NETZ, Clayton. HSBC constrói prédio "verde" no Paraná. **O Estado de S. Paulo**, 09 nov. 2010. Economia, p.B14.

Viação Garcia é vendida

A Viação Garcia, suas subsidiárias (Ouro Branco e Princesa dos Campos) e 37 garagens foram vendidas para o controlador do Grupo Luft, do ramo de transporte de cargas, por aproximadamente R\$ 400 milhões. A Viação Garcia foi fundada em Londrina (Região Norte Central Paranaense) há 76 anos, emprega cerca de 2.700 pessoas e possui frota superior a 500 veículos.

A transferência de propriedade depende de aprovação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A Viação Garcia opera linhas de transporte de passageiros intraestaduais e entre o Paraná e Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

COSTA, Daniel. Viação Garcia é vendida por R\$ 400 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 nov. 2010. p.18.

MAZZIOTTI, Magaléa. PR: Mais duas empresas são vendidas. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30 nov. 2010. p.10.

SEM medo de avião. **Valor Econômico**, São Paulo, 01 dez. 2010. Empresas, p.B1.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2010

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010 ⁽¹⁾	99	203	2 051	40 535	167 634	4 136	30 079	727 433	24 184

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010 ⁽¹⁾	81 074	137 156	1 675	653 414	55 144 383	84 394	47 780	170 740	3 573

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2010

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO			conclusão
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535	
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481	
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385	
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125	
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207	
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488	
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870	
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685	
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449	
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478	
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481	
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046	
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824	
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018	
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248	
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285	
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212	
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097	
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559	
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482	
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298	
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499	
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004	
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065	
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444	
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266	
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664	
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068	
2008	508 273	776 971	1 529	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191	
2009	643 288	787 180	1 224	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010	
2010 ⁽¹⁾	520 798	792 010	1 521	196 089	4 477 786	23 151	2 261 822	13 531 027	5 982	

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	447	1 023	2 289	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	418	994	2 378	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010 ⁽¹⁾	369	831	2 252	4 480 771	14 074 519	3 141	1 140 132	3 288 277	2 885

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2010

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Abril	204 305	24 370	42 527
1998	854 517	236 358	193 435	Maio	206 920	23 778	43 028
1999	957 237	198 873	229 466	Junho	209 215	22 801	41 702
2000	1 041 412	181 113	235 315	Julho	220 968	22 671	55 673
2001	1 121 828	197 985	263 451	Agosto	211 633	22 547	43 046
2002	1 235 681	219 350	333 951	Setembro	219 559	25 684	43 199
2003	1 344 398	219 774	359 139	Outubro	217 893	28 159	42 903
2004	1 557 747	276 808	340 568	Novembro	207 014	24 097	39 201
2005	1 788 481	308 947	367 765	Dezembro	204 960	31 497	40 660
2006	1 856 061	316 897	390 394	2010 ⁽¹⁾	1 339 008	159 736	250 328
2007	2 057 318	295 010	437 152	Janeiro	211 217	20 641	36 228
2008	2 480 908	279 609	454 340	Fevereiro	202 095	22 914	38 992
2009 ⁽¹⁾	2 492 086	282 214	509 156	Março	239 997	28 977	43 854
Janeiro	195 787	21 742	39 155	Abril	225 476	27 639	42 257
Fevereiro	186 249	15 748	38 572	Maio	232 068	28 791	43 956
Março	207 585	19 118	39 479	Junho	228 155	30 774	45 041

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2010

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008 ⁽¹⁾	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009 ⁽¹⁾	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
Janeiro	280 167	37,52	129 165	17,30	327 765	43,90	9 563	1,28	746 660
Fevereiro	235 141	39,42	36 849	6,18	313 397	52,53	11 161	1,87	596 549
Março	408 013	47,68	62 630	7,32	372 229	43,50	12 825	1,50	855 697
Abril	652 127	58,14	99 882	8,90	355 074	31,65	14 619	1,30	1 121 702
Mai	620 907	55,64	111 861	10,02	366 838	32,88	16 238	1,46	1 115 844
Junho	814 261	61,28	129 102	9,72	364 985	27,47	20 344	1,53	1 328 693
Julho	454 671	43,89	139 423	13,46	421 161	40,65	20 753	2,00	1 036 008
Agosto	500 729	45,40	146 345	13,27	437 253	39,64	18 675	1,69	1 103 003
Setembro	316 843	34,85	151 804	16,70	416 467	45,81	24 085	2,65	909 199
Outubro	234 768	27,69	134 503	15,86	457 701	53,98	20 949	2,47	847 921
Novembro	225 114	29,32	79 912	10,41	441 934	57,55	20 953	2,73	767 913
Dezembro	242 387	30,54	82 927	10,45	445 154	56,09	23 170	2,92	793 638
2010 ⁽¹⁾	5 652 835	43,31	1 573 315	12,05	5 576 114	42,72	248 964	1,91	13 051 228
Janeiro	190 308	26,96	67 319	9,54	426 450	60,42	21 706	3,08	705 782
Fevereiro	236 525	33,41	58 929	8,32	389 202	54,97	23 351	3,30	708 008
Março	552 307	48,00	73 135	6,36	491 342	42,70	33 953	2,95	1 150 737
Abril	719 459	55,33	105 178	8,09	455 439	35,02	20 258	1,56	1 300 333
Mai	665 359	48,80	141 768	10,40	527 566	38,70	28 627	2,10	1 363 320
Junho	504 716	40,49	185 445	14,88	531 738	42,66	24 518	1,97	1 246 417
Julho	598 249	43,34	185 828	13,46	576 445	41,76	19 933	1,44	1 380 455
Agosto	640 434	44,19	204 441	14,11	582 133	40,17	22 303	1,54	1 449 311
Setembro	619 903	46,05	180 080	13,38	529 808	39,36	16 436	1,22	1 346 227
Outubro	513 750	41,89	165 851	13,52	527 062	42,97	19 901	1,62	1 226 564
Novembro	411 827	35,08	205 341	17,49	538 929	45,90	17 978	1,53	1 174 075

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2010

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	- 1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	- 293 290	55 085 595	55 838 590	- 752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009 ⁽¹⁾	11 222 827	9 620 876	1 601 951	152 994 743	127 720 101	25 274 642
Janeiro	746 660	579 849	166 811	9 781 920	10 311 640	- 529 720
Fevereiro	596 549	558 829	37 720	9 586 406	7 825 522	1 760 884
Março	855 697	670 465	185 232	11 809 225	10 052 874	1 756 351
Abril	1 121 702	602 939	518 762	12 321 617	8 629 395	3 692 223
Maio	1 115 844	678 407	437 437	11 984 585	9 361 303	2 623 282
Junho	1 328 693	750 774	577 920	14 467 785	9 864 761	4 603 024
Julho	1 036 008	958 895	77 113	14 141 930	11 231 071	2 910 859
Agosto	1 103 003	783 233	319 770	13 840 850	10 787 643	3 053 208
Setembro	909 199	1 074 269	- 165 070	13 863 222	12 554 361	1 308 861
Outubro	847 921	1 059 850	- 211 929	14 081 686	12 765 707	1 315 979
Novembro	767 913	1 021 474	- 253 561	12 652 892	12 042 458	610 435
Dezembro	793 638	881 890	- 88 252	14 462 624	12 293 367	2 169 257
2010 ⁽¹⁾	13 051 228	12 707 005	344 223	180 997 145	166 086 556	14 910 588
Janeiro	705 782	908 150	- 202 367	11 305 067	11 482 408	- 177 341
Fevereiro	708 008	809 435	- 101 427	12 197 237	11 807 118	390 119
Março	1 150 737	924 850	225 886	15 727 499	15 057 589	669 910
Abril	1 300 333	999 970	300 363	15 161 211	13 877 672	1 283 539
Maio	1 363 320	1 050 881	312 439	17 702 500	14 255 298	3 447 203
Junho	1 246 417	1 140 844	105 573	17 093 912	14 819 367	2 274 544
Julho	1 380 455	1 301 078	79 377	17 672 925	16 316 053	1 356 872
Agosto	1 449 311	1 371 600	77 711	19 236 253	16 822 836	2 413 417
Setembro	1 346 227	1 381 603	- 35 377	18 832 790	17 744 872	1 087 918
Outubro	1 226 564	1 436 760	- 210 196	18 380 418	16 527 626	1 852 792
Novembro	1 174 075	1 381 834	- 207 759	17 687 332	17 375 717	311 616

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2010

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	89,11	88,15	85,46	82,77	96,66	85,48	96,59	86,23
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	121,70	127,08	120,57	111,93	120,26	131,32	123,93	116,62
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	120,43	125,80	119,31	110,69	118,99	130,10	122,51	115,30
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	117,36	116,62	109,25	80,45	93,23	113,39	131,43	116,71
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	196,48	197,13	198,41	153,95	177,40	168,37	186,00	178,16
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	149,78	184,80	156,00	150,76	170,51	168,36	184,46	181,38
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,80	83,57	87,13	98,96	108,70	142,86	116,74	129,48	102,67	111,89	95,64
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	672,92	1 071,68	838,04	913,84	956,62	914,96	913,03	1 118,56
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	195,21	216,31	194,41	169,26	190,58	202,61	234,20	200,74
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	130,03	136,79	129,67	115,74	128,31	133,14	136,96	128,19

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	Jul/09	Ago/09	Set/09	Out/09	Nov/09	Dez/09	2010	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10
Combustíveis e lubrificantes	88,63	89,19	84,53	89,23	83,85	89,20	88,65	82,66	80,93	94,56	85,39	88,32	87,49	94,39	93,14	91,00
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	123,90	135,72	121,27	131,76	125,14	162,48	130,87	133,69	123,09	137,79	128,30	127,53	126,80	133,85	136,34	130,46
Hipermercados e supermercados	122,62	134,56	119,88	130,50	123,95	161,20	129,33	132,66	121,73	136,39	126,95	125,96	125,09	132,03	134,51	128,64
Tecidos, vestuário e calçados	111,49	102,98	114,05	110,64	110,32	205,50	116,18	111,52	90,78	109,02	132,23	139,26	115,07	121,76	112,79	113,21
Móveis e eletrodomésticos	194,45	196,12	194,49	209,78	217,67	290,77	214,99	229,31	193,72	217,93	199,63	233,55	207,22	211,70	221,43	220,43
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	184,46	190,16	174,83	204,63	203,45	248,61	209,84	193,64	181,76	213,74	203,79	214,76	213,16	221,43	226,76	219,51
Livros, jornais, revistas e papelaria	106,45	109,93	111,87	68,18	58,79	149,84	136,90	177,03	158,76	152,90	123,79	127,55	126,30	120,22	129,03	116,50
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1 148,33	1 157,07	1 241,36	1 208,21	1 137,00	1 313,11	1 533,41	1 106,34	1 312,99	1 674,87	1 583,64	1 665,68	1 480,93	1 347,86	1 664,87	1 963,51
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	194,16	196,12	191,04	226,26	217,05	379,24	229,12	212,15	180,00	229,33	222,67	253,77	235,26	244,97	253,43	230,52
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	133,78	139,81	131,85	141,49	137,19	185,35	144,56	143,54	130,53	149,71	142,10	148,67	141,34	147,51	150,69	146,96

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2010

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																					
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Jan/09	Fev/09	
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,3	131,6	114,9	120,7	
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,8	74,0	84,5	
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2	128,2	115,6	
Madeira	60,2	60,2	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8	88,9	67,9	
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2	127,9	127,5	
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7	517,7	599,4	
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1	82,4	81,7	
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8	72,4	79,1	
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	114,4	123,9	122,8	120,1	108,4	
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,9	111,2	108,8	
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,2	97,4	81,3	
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3	129,5	111,7	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6	109,9	98,4	
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,1	132,9	156,9	
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,9	62,5	63,3	
SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																					
Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09	Sep/09	Out/09	Nov/09	Dez/09	2010	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10		
Indústria de transformação	136,1	129,8	125,4	114,8	138,7	137,2	130,4	151,5	139,4	140,1	150,8	126,8	123,6	168,9	140,7	164,8	162,1	163,9	149,6	159,8	147,4	
Alimentos	110,8	120,7	123,3	119,1	116,8	124,0	107,7	107,7	108,5	96,5	118,4	79,3	87,2	107,3	118,0	125,0	132,9	139,8	139,0	133,1	122,2	
Bebidas	130,6	118,4	106,9	84,8	96,6	113,2	121,5	154,7	158,0	185,7	138,1	119,7	128,1	145,0	125,5	160,8	127,1	137,9	125,3	149,0	162,4	
Madeira	84,3	70,6	80,5	66,1	70,6	72,5	67,1	74,9	79,3	70,8	80,3	65,4	64,4	81,0	82,6	89,1	87,8	87,8	83,1	80,9	81,0	
Celulose, papel e produtos de papel	131,7	118,6	111,6	119,8	148,3	141,3	142,8	142,7	134,5	139,5	138,8	144,5	127,2	150,9	137,9	146,0	114,0	148,7	139,4	141,2	138,5	
Edição, impressão e reprodução de gravações	521,8	442,9	321,3	117,0	460,4	332,9	416,7	504,1	358,9	551,4	445,7	347,6	241,5	771,5	348,2	662,4	618,4	454,7	291,0	528,1	193,3	
Refino de petróleo e álcool	96,8	102,7	108,5	106,0	107,7	109,5	99,7	107,1	97,3	101,9	90,6	91,7	85,6	100,8	101,0	106,4	100,2	94,7	42,4	83,9	99,5	
Outros produtos químicos	75,4	65,4	55,6	67,3	110,1	105,7	92,7	96,6	56,7	56,7	68,4	85,4	74,6	55,6	44,5	57,3	67,6	95,5	58,9	67,2	76,9	
Borracha e plástico	117,3	113,1	109,4	119,8	122,6	129,3	130,3	139,1	136,0	128,6	136,1	130,8	125,4	143,6	124,7	130,5	139,9	149,5	142,8	141,3	132,1	
Minerais não metálicos	124,5	123,4	126,4	124,7	132,1	129,0	128,9	127,3	130,8	119,7	129,1	110,3	113,5	132,7	123,5	130,1	128,7	133,5	138,9	137,6	142,0	
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	88,4	91,8	90,8	95,1	110,9	99,9	106,8	113,6	110,2	103,0	120,5	105,4	104,0	123,9	114,4	123,4	127,2	125,4	125,3	127,5	128,8	
Máquinas e equipamentos	125,5	122,2	124,0	125,3	146,9	149,5	163,2	174,8	177,3	170,2	179,1	154,1	178,8	196,8	159,2	189,1	172,1	162,3	199,3	183,6	195,2	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	128,0	111,3	100,1	95,0	115,4	117,8	122,1	149,6	156,4	119,0	128,6	114,3	99,8	123,0	108,2	119,4	151,0	138,8	143,6	151,9	136,4	
Veículos automotores	217,7	194,1	198,5	191,7	186,4	211,0	152,5	278,1	260,2	220,6	316,4	254,3	260,4	335,4	295,9	308,8	324,0	362,3	365,2	318,9	338,5	
Mobiliário	71,8	70,1	75,6	77,1	91,8	98,0	89,4	108,3	105,1	105,4	106,4	90,1	93,2	131,0	100,1	104,6	100,3	113,4	115,4	114,2	114,2	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2010

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,5	103,5	103,6	102,4	102,7	102,4	102,9	102,9
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	76,3	70,9	70,2	78,9	78,2	72,9	72,4	72,3
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,9	103,9	104,1	102,7	103,1	102,8	103,3	103,3
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	156,4	155,4	155,5	154,4	155,9	158,1	161,0	159,3
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	170,8	277,9	289,5	276,2	180,7	174,5	102,1	102,6
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	77,3	76,8	76,4	76,4	78,1	78,5	77,9	77,2
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	96,6	97,8	101,9	94,5	94,9	95,2	97,2	97,9
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	83,7	84,0	87,5	87,2	87,6	90,7	91,7	94,7
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	38,3	37,4	37,7	37,0	36,9	36,4	36,2	35,6
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	124,2	120,6	119,7	120,4	120,6	123,2	124,0	125,9
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	235,9	226,8	239,6	265,6	285,1	292,1	293,0	295,5
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	87,9	87,7	88,1	89,0	89,5	90,6	97,8	94,6
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	90,5	88,4	87,5	86,7	85,6	80,7	80,4	82,5
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	134,0	130,2	132,5	132,1	130,5	133,6	132,9	131,0
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	72,1	73,4	72,0	70,6	70,3	69,8	69,9	69,7
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	107,3	108,3	105,6	103,8	103,7	102,4	100,2	101,1
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	152,8	151,2	150,6	146,2	146,7	146,3	146,2	145,3
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	108,6	106,8	102,3	101,5	102,1	100,1	100,6	100,3
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	143,9	143,2	141,3	142,0	142,2	139,6	138,6	140,1
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	64,5	63,1	62,2	61,4	60,5	57,0	56,6	56,8

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	Set/09	Out/09	Nov/09	Dez/09	2010	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	
Indústria geral	102,9	103,6	103,0	101,6	103,6	101,8	102,1	102,5	103,2	103,9	104,3	104,5	104,6	105,4	106,0	
Indústrias extrativas	71,8	69,6	69,1	73,3	72,0	71,8	71,4	69,6	71,8	71,1	72,5	72,9	73,4	73,3	72,3	
Indústria de transformação	103,3	104,1	103,4	102,0	104,0	102,1	102,5	103,0	103,6	104,3	104,7	104,9	105,0	105,8	106,4	
Alimentos e bebidas	159,0	159,9	157,8	155,0	150,9	149,9	148,7	148,7	149,5	150,6	152,5	153,0	152,0	153,3	156,2	
Fumo	99,9	103,1	108,0	109,3	189,8	170,8	289,3	292,2	282,3	213,6	165,4	103,6	95,2	95,4	102,4	
Têxtil	77,2	78,1	78,2	78,3	83,0	81,1	80,3	81,0	82,8	84,5	84,5	85,6	83,9	83,7	82,0	
Vestuário	98,2	99,5	98,7	94,3	94,6	95,8	97,1	95,0	93,4	93,0	94,3	94,8	94,5	93,7	92,6	
Calçados e couro	96,7	98,3	98,6	97,3	105,2	104,3	101,8	105,7	105,4	106,2	106,7	106,3	105,0	105,8	102,3	
Madeira	35,2	34,2	34,1	33,7	34,3	33,7	34,1	34,3	35,1	35,0	34,6	34,4	33,9	33,5	32,9	
Papel e gráfica	125,4	125,4	124,8	125,0	128,9	125,7	125,6	125,8	127,5	130,2	130,3	130,4	130,8	133,4	136,6	
Refino de petróleo e combustíveis	294,1	290,4	286,4	245,2	231,0	235,0	233,0	233,9	220,8	231,7	232,1	231,7	231,0	229,8	228,8	
Produtos químicos	97,5	98,7	96,4	96,4	99,7	97,6	97,0	98,1	100,4	101,7	102,5	100,8	99,4	99,8	100,7	
Borracha e plástico	82,1	82,3	79,7	79,7	80,4	79,7	80,3	82,0	81,2	81,1	80,3	78,9	79,2	80,8	79,8	
Minerais não-metálicos	126,0	126,4	126,8	125,8	126,8	125,5	128,3	126,1	126,5	127,0	125,6	127,6	128,8	125,9	127,5	
Metalurgia básica	69,8	70,4	72,4	73,0	78,9	74,7	76,3	79,5	80,8	80,3	80,5	78,9	79,9	79,4	79,8	
Produtos de metal ⁽¹⁾	103,2	104,5	102,8	101,6	108,0	103,9	104,0	103,5	104,1	106,3	106,9	108,9	113,2	120,8	120,6	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	148,5	155,0	159,8	163,2	171,0	163,9	165,6	168,8	173,1	172,7	173,0	173,7	174,3	174,1	174,4	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	101,3	103,9	106,3	104,7	109,2	105,6	107,0	107,8	109,2	107,3	109,2	110,5	112,2	113,7	114,5	
Fabricação de meios de transporte	142,5	142,5	141,4	140,8	147,5	142,9	142,8	143,8	145,7	148,1	149,1	150,0	151,9	152,8	155,3	
Fabricação de outros produtos	54,0	55,1	54,4	54,7	59,2	56,7	57,2	58,9	59,6	60,6	59,4	59,9	60,0	60,8	62,0	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2010

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
Janeiro	-638	1 631	-912	2 456	-945	-	1 592
Fevereiro	-1 883	55	-109	5 994	-1 563	-	2 494
Março	2 958	428	1 191	3 261	3 004	-	10 842
Abril	2 504	-104	333	4 848	356	-	7 937
Mai	2 255	2 978	1 651	3 135	1 663	-	11 682
Junho	-109	31	2 179	2 661	1 202	-	5 964
Julho	2 855	1 206	1 956	1 048	-143	-	6 922
Agosto	3 880	2 025	3 116	5 676	-260	-	14 437
Setembro	6 672	1 274	3 536	2 673	-415	-	13 740
Outubro	4 931	1 323	4 742	2 456	-25	-	13 427
Novembro	3 764	1 040	6 852	4 607	-232	-	16 031
Dezembro	-14 196	-3 616	-1 780	-9 369	-7 023	-	-35 984
2010	54 080	21 781	29 296	53 719	5 224	-	164 100
Janeiro	5 236	3 416	234	4 881	144	-	13 911
Fevereiro	4 477	1 733	891	7 470	-861	-	13 710
Março	7 706	3 183	3 035	7 161	2 112	-	23 197
Abril	8 249	2 118	3 502	5 773	951	-	20 593
Mai	6 536	3 725	3 207	4 824	839	-	19 131
Junho	2 890	1 259	984	3 494	1 819	-	10 446
Julho	3 724	2 716	2 269	3 644	370	-	12 723
Agosto	5 904	2 789	4 516	7 793	395	-	21 397
Setembro	4 808	601	4 356	4 581	-308	-	14 038
Outubro	4 550	241	6 302	4 098	-237	-	14 954

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2009

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 270	4,28	3 031 864	5,16
2009 ⁽³⁾	186 457	-0,50	3 143 015	-0,19

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativa do IparDES para o Paraná.

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347
Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br